

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM INCLUSÃO DA CRIANÇA
ESPECIAL NO SISTEMA REGULAR DE ENSINO

Importância da Família no Processo de Educação Inclusiva

Luzanira Alves de Oliveira

Fortaleza - Ceará
2005

Luzanira Alves de Oliveira

Importância da Família no Processo de Educação Inclusiva

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Inclusão da Criança Especial no Sistema Regular de Ensino, ministrado pela Universidade Federal do Ceará – UFC em convênio com o Centro de Treinamento e Desenvolvimento do Estado do Ceará - CETREDE.

Fortaleza - Ceará
2004

Esta monografia foi submetida como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Especialista em Inclusão da Criança Especial do Sistema Regular de Ensino pela Universidade Federal do Ceará. Encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca Universitária da Universidade Federal do Ceará.

A citação de qualquer trecho desta monografia é permitida, desde que seja feita de conformidade com as normas da ética científica.

Luzanira Alves de Oliveira

Monografia aprovada em: _____/_____/_____

Gláucia Maria de Menezes Ferreira
Orientadora

Agradecimentos

A Deus primeiramente pela vida e por estar realizando este trabalho tão importante para mim,

Aos meus pais que sempre estiveram ao meu lado me apoiando,

Ao meu esposo, pela dedicação e companheirismo,

A minha professora e orientadora Gláucia Maria de Menezes Ferreira pela dedicação e paciência,

Ao CETREDE e a Universidade Federal do Ceará pelo curso de excelente qualidade,

E a todos que me ajudaram.

Dedico este trabalho a todas as pessoas portadoras de necessidades especiais e suas famílias que lutam por um lugar ao sol.

RESUMO

Em todos os estudos feitos sobre as pessoas portadoras de necessidades educacionais especiais, sempre foi enfatizado que esses indivíduos necessitavam do acompanhamento da família. Por esta razão, escolheu-se investigar a importância da família no processo de educação inclusiva da pessoa com necessidades educacionais especiais. Observa-se que sem a família esses indivíduos não teriam como se situar em suas vidas, sendo a família de fundamental importância para o seu desenvolvimento e por ser a primeira referência como ser, sua célula vital. Preferiu-se este tema, com o objetivo de chamar a atenção de todos os familiares que tenham ou venham a ter pessoas com necessidades educacionais especiais, seja qual for o déficit; sobre a grande necessidade que os pais lhes dêem assistência, fazendo com que as mesmas sintam-se apoiadas diante do acompanhamento, em especial, no processo educativo inclusivo, mostrar que quando essas famílias interagem com a sociedade e a escola, todo o processo de aprendizagem dos seus filhos tem melhores e maiores rendimentos e tornam-se mais satisfatórios. O trabalho iniciou-se com a introdução do tema, em seguida foi definido o que é inclusão, no que difere integração e inclusão e no que consiste a educação inclusiva. Discorreu-se sobre o medo e o preconceito de trabalhar com a inclusão. No capítulo posterior, foi enfatizada a importância da família na educação inclusiva. Escolheu-se como fundamentação teórica deste trabalho monográfico as obras de alguns autores, os quais subsidiaram a discussão. São eles: Lakatos, Mantoan, Morais, Scoz, Carvalho, Mazzotta, Werneck, Amiralian, Magalhães e outros. Foi feita na revisão bibliográfica, na qual se obteve conhecimento, no que diz respeito ao assunto enfatizado, tornando-o mais conhecido dentro do contexto familiar inclusivo, no intuito de beneficiar as pessoas especiais com maior atenção e respeito por parte de familiares e outras pessoas que os cercam, perante a trajetória educativa inclusiva e social que farão.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 DEFININDO INCLUSÃO	11
2.1 Conceitos	14
2.2 No que consiste a educação inclusiva	15
2.3 No que diferem integração e inclusão	19
3 MEDO E PRECONCEITO DE TRABALHAR A INCLUSÃO	22
3.1 O processo de formação e a atuação dos professores na inclusão educacional	23
4 IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA DA PESSOA COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS	28
5 CONCLUSÃO	41
6 BIBLIOGRAFIA	42

1 INTRODUÇÃO

Escolheu-se como tema deste trabalho monográfico, a importância da família no processo de educação inclusiva da pessoa com necessidades educativas especiais, por observar a necessidade que essas pessoas têm da presença do acompanhamento de seus familiares junto às atividades, mesmo que elas tenham profissionais de reforço escolar envolvidos.

Sabe-se que o processo inclusivo é de grande importância no desenvolvimento e socialização dos alunos, tanto especiais, como ditos normais, sendo fundamental no crescimento do seu aprendizado por haver uma troca de conhecimentos que passa a favorecer ambas as partes. Sem contar com o benefício da auto-estima e da dose de afetividade que os mesmos passam para toda a comunidade escolar, tornando-a mais humana, menos preconceituosa e reflexiva, diante da realidade de cada indivíduo especial.

Diante da etapa de desenvolvimento em que o processo inclusivo se encontra, apesar de ainda não acontecendo como se deseja, é preciso mencionar que preocupação de incluir na proposta curricular, embora esteja a mesma passando por processo adaptativo de acordo com as instituições, que atendem essa clientela. Essas adaptações acontecem em toda unidade escolar, tendo por finalidade básica promover o aprendizado, intelectual e social das pessoas com necessidades educativas especiais, tornando-os mais capazes para exercer sua cidadania diante dos olhos e do apoio de seus familiares que quando compreendem, caminham em parceria com a escola, influenciando e obtendo sucesso junto aos professores e com os protagonistas desse processo inclusivo.

Chama-se a atenção para os pais ou responsáveis por pessoas com necessidades educativas especiais que é, de grande necessidade que lhes disponibilizem alguém para estar sempre em sintonia com elas, e que lhes favoreçam no sentido do que se refere a sua educação, que seja formal ou informal; esses indivíduos precisam ter uma formação, para que se sintam úteis perante si mesmos. Sendo assim, eles se sentirão capazes de interagir com maior segurança no meio em que estão inseridos, podendo ter como propósito à satisfação do seu ego.

O presente trabalho monográfico, investiga e faz um paralelo da importância que alguns familiares dão aos seus filhos especiais, sendo que alguns superprotegem, chegando a sufocar seu desenvolvimento; enquanto outros, não tendo conhecimento, fogem da realidade, preferem ignorar, terminando por prejudicá-lo. Portanto, procura-se oferecer apoio e informação as famílias que não têm maior instrução, que ainda estão à margem da sociedade, procurando orientá-las na educação inclusiva, favorecendo assistência, compreensão e, ressaltando a importância da educação inclusiva para o seu filho. Mostra-se que essa maneira de educar pode torná-lo capaz de evoluir diante de um leque de opções oferecidas pela sociedade.

O primeiro capítulo inicia-se com um breve histórico sobre a educação especial no processo inclusivo no Ceará, no Brasil e no mundo, de acordo com as pesquisas, foram especificadas onde, quando e como surgiram as idéias de inclusão, assim, também, como seus pressupostos.

No segundo capítulo enfatizou-se o papel do professor no processo inclusivo.

Dando seqüência, o terceiro capítulo demonstra diversas formas de agir e aceitar seus familiares que têm necessidades educativas especiais dentro das diversas áreas. Juntamente as atitudes comportamentais das famílias que divergem muito sobre o assunto, principalmente quando se trata de pessoas suas, que necessitam de educação especial, no processo inclusivo, muitos pais olham esse tipo de educação com uma certa desconfiança, embora admitam que a mesma lhes proporcionem melhores desempenho em suas atividades da vida diária, para que eles tenham certeza de suas aptidões e se desenvolvam perante a comunidade escolar e perante a sociedade.

2 DEFININDO INCLUSÃO

Ser deficiente, atualmente, ser portador de necessidades especiais (PNE) é ser diferente, é um fenômeno que desperta olhares, surpresa, irritação, suspense e até risos. A definição que as pessoas fazem sobre os PNE's implica uma imagem que elas fazem delas. Usa-se costumeiramente as palavras “excepcional”, “incapacitado”, “enfraquecido”, “anormal”, “inválido”, “louco”, “débil mental”, entre outras. Esses rótulos não levam em consideração o diagnóstico propriamente dito e sua condição de “ser social”.

A definição aceita internacionalmente, a respeito da “criança deficiente”, aprovada pela Council of Exceptional Children (CEC), no I Congresso Mundial sobre o Futuro da Educação é a seguinte:

A criança deficiente é a criança que se desvia da média ou criança normal em:

- 1) características mentais;*
- 2) aptidões sensoriais;*
- 3) características neuromusculares e corporais;*
- 4) comportamento emocional;*
- 5) aptidões de comunicação;*
- 6) múltiplas deficiências até o ponto de justificar e requerer modificações para as práticas educacionais ou a criação de serviços de educação especial no sentido de desenvolver ao máximo as suas capacidades.*

Dentro da história da humanidade, o PNE aparece como um ser maldito, repulsivo, mágico ou com uma conotação de dádiva ou castigo divino. Nas marchas e contramarchas da história do homem, observa-se que a forma pela qual a sociedade lida com os PNE's varia de acordo com os padrões, cultura e normas vigentes à época.

Segundo Lasch (1991), na antiga Esparta, as crianças deficientes eram eliminadas da sociedade, em nome do culto à beleza e ao corpo; os romanos mais tolerantes, expulsavam-nas das festividades. Já na Idade Média, durante a Inquisição, milhares de pessoas com deficiência mental foram eliminadas através da forca ou nas fogueiras, por não terem sido capazes de se defender de heresias. No princípio da era

Cristã, estas pessoas ganharam alma e passaram a ser protegidas por entidades religiosas, que lhe davam abrigo e assistência.

Somente em meados do século XX, foram criados os Centros de Habilitação de ou Reabilitação, com o objetivo de melhorar as pessoas com deficiência e adequá-las aos padrões da sociedade. Mas mesmo assim esse atendimento era de forma segregadora, pois o faziam decidindo por essas pessoas e não com elas, não eram oferecidos modelos diferenciados, nem eram permitidas opções. Estes Centros assumiram o duplo papel na sociedade, se por um lado realizavam um trabalho que visava proteger e preparar esses indivíduos para uma possível integração na sociedade, por outro reforçava a falta de identificação e segregação, mantendo-os à margem da sociedade.

Na década de 80, o lema do Ano Internacional das Pessoas Deficientes, “Participação Plena e Igualdade”, começa a despertar em alguns segmentos da sociedade a adaptação das pessoas portadoras de deficiência à sociedade, mas começar a verificar o que esta poderia se adaptar a elas.

Com o intuito de encontrar termos mais adequados é que alguns órgãos da Organização das Nações Unidas – ONU, lançaram mundialmente o termo “pessoas deficientes”, fazendo surgir a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes. Essa declaração foi aprovada pela Assembléia Geral da ONU, em 9 de novembro de 1975, conforme consta em seu artigo primeiro:

Artigo 1º - O termo ‘pessoas deficientes’ refere-se a qualquer pessoa incapaz de assegurar por si mesma, total ou parcialmente, as necessidades de uma vida individual ou social normal, em decorrência de uma deficiência congênita ou não, em suas capacidades físicas ou mentais.

Cinco anos depois, em 1980, a Organização Mundial de Saúde – OMS, elaborou uma Classificação dos Casos de Impedimento, Deficiência e Incapacidade. O impedimento refere-se a uma alteração psicológica, fisiológica ou anatômica em qualquer órgão ou estrutura do corpo humano. A deficiência é definida como um conjunto de possíveis seqüelas que impedem uma pessoa de executar atividades de maneira usual. A incapacidade leva em consideração os obstáculos que os deficientes

encontram para desenvolver essas atividades que são produtos de sua interação com a sociedade, levando em conta idade, sexo e fatores sócio-culturais.

Em 1981 foi o “Ano Internacional dos Portadores de Necessidades Especiais” (PPNN), nascendo daí, a organização mundial dos portadores de deficiência, que passaram a representar a si mesmo. No ano de 1982, a ONU aprova o “Programa de Ação Mundial para Pessoas Portadoras de Deficiência”. A mesma resolução proclama a década das nações reunidas em prol das PNE’s. Em 1994, veio a “Declaração de Salamanca”, uma linha de ação visando uma escola para todos, a inclusão.

No Estado do Ceará, com a chegada de 1970, a chamada década da Educação Especial Brasileira, os governantes do Estado, vendo que não podiam fazer vistas grossas, articularam a Secretaria de Educação do Estado, em 1972, para criar um grupo que iniciou o programa de assistência técnico-pedagógico para assistir as escolas que trabalhassem com educação especial, no Sistema Estadual de Educação do Ceará. Mas, só em 1976, foi implantada a Coordenação de Educação Especial, dentro da Secretaria de Educação do Estado do Ceará. Ficando com o Centro Nacional de Educação Especial (CNESPE), a responsabilidade de repassar condições financeiras para a abertura de classes especiais nas escolas públicas estaduais. Classes essas implantadas para minimizar as repetências e evasões, principalmente, nas primeiras séries, do 1º grau, atual ensino fundamental; por ser essa clientela muito carente, entende-se que essa evasão se dá por conta da falta de alimentação adequada, seu raciocínio não lhe ajuda a chegar ao aprendizado ideal.

De acordo com Leitão (2002), essas classes especiais chegaram para suprir as crianças com déficit, mas nem as essas resolveram, então foram extintas, tendo como nome, Espaço Social Educativo Especializado. Os alunos das salas especiais extintas passaram a ser atendidos nos ciclos, que eram idéias de inclusão, e que atualmente tem como subsídios, o apóio pedagógico, que desenvolve um trabalho similar aos executados na sala de Recursos Pedagógicos.

Com muito esforço de diversos profissionais, da área de Educação Especial, em 1997, houve uma perspectiva de criação da escola inclusiva, no Estado do Ceará, por ocasião disso, foi criado um documento denominado, Política Estadual de Educação

Especial: Integração com responsabilidade; sendo esta a primeira política criada e voltada, especialmente para essa modalidade de ensino, no Estado do Ceará.

2.1 Conceitos

A Secretaria da Educação Básica do estado do Ceará (1997), classifica as pessoas com necessidades especiais aquelas que portam algum tipo de deficiência como: deficiência mental; deficiência visual; deficiência auditiva; deficiência física; deficiência múltipla; altas habilidades e condutas típicas.

De acordo com a Constituição Federal do Brasil, em seu artigo 227, §1º, inciso II, menciona 3 (três) tipos de deficiência: física, sensorial e mental.

Art. 227.

§ 1º O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança e do adolescente, admitida a participação de entidades não governamentais e obedecendo os seguintes preceitos:

II – criação de programas de prevenção e atendimento especializado para os portadores de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos.

Há diversas classificações relativas às deficiências, a mais adotada é a da Organização Mundial de Saúde – OMS, segundo a qual são as seguintes deficiências:

Deficiência Física (tetraplegia, paraplegia, hemiplegia e outras);

Deficiência Mental (leve, moderada, severa e profunda; incluindo as patologias neuropsiquiátricas);

Deficiência Auditiva (total ou parcial);

Deficiência Visual (cegueira total e visão reduzida); e

Deficiência Múltipla (duas ou mais deficiência associadas).

O que é a excepcionalidade? Quem deve ser incluído nesse grupo?

Kaplan *apud* Amiralian, (1986) propõe “*indivíduo excepcional como aquele se desvia, em grau arbitrário, da norma, em uma determinada variável, de modo a necessitar de recursos especiais para desenvolver a sua capacidade máxima.*”

Para Amiralian (1986) a excepcionalidade é “*indivíduo que se desvia da norma, isto é, o indivíduo que se encontra fora dos padrões considerados ‘normais’ ou comum.*”.

Por consenso dos especialistas da área, considera-se excepcional aqueles indivíduos que em tese de medida de inteligência forem classificados mais de dois desvios-padrão, abaixo ou acima da faixa de normalidade. Portanto, aqueles indivíduos que, ao serem submetidos a testes psicológicos, obtiverem resultados que os classifiquem abaixo do QI 70 ou acima do QI 130.

2.2 No que consiste a educação inclusiva

Na inclusão cada aluno é diferente dos demais, mesmo quando têm déficits semelhantes aos outros, assim sendo, essa deficiência é inerente a cada pessoa e cabe a ela se adaptar, procurando uma maneira de se inserir no contexto social no qual está incluída.

A educação inclusiva é aquela que consiste na valorização e na diversidade do aluno com necessidades educacionais especiais, a qual é necessário admitir que, ainda, está distante da transformação da escola ideal, mas, no entanto, a mesma é produtora da discriminação podendo vir a ser, em um breve futuro, a escola integradora. A maior divulgadora de informações correta, e maior convivência das pessoas com deficiência e sem deficiência no que diz respeito aos interesses dos estudiosos da educação e o envolvimento da sociedade como um todo em defesa do respeito à diversidade.

Para Boneti *apud* Weschenfolder (1996), a inclusão sócio-educacional das pessoas com necessidades educacionais especiais se constitui numa questão pertinente que se impõe ao conjunto da sociedade; essa marcada por enormes desigualdades sócio-econômicas e culturais, dentro da mesma escola desempenha um papel fundamental na promoção dessas condições. Sua importância consiste tanto no que se refere à formação dessas pessoas, através da apropriação do saber, quanto na criação de um espaço real de ação e interação que favoreça o fortalecimento e o enriquecimento da identidade sócio-cultural.

Essa identidade sócio-cultural é construída ao longo de um processo de integração da pessoa com necessidades educacionais especiais com os diferentes grupos de que participa, família, vizinhos, escola, onde vai tecendo uma rede marcada pela multiplicidade de significados simbólicos. Na escola, as diferenças vivenciadas por cada criança vêm à tona e podem ser confirmadas e valorizadas, ou contrário, rejeitada e silenciada.

Continuando o pensamento de Boneti *apud* Weschenfolder (1996), a cultura escolar exclui e desvaloriza a cultura viva da qual participa a pessoa especial em seu processo de socialização, transformando o que seria um diálogo entre as diferentes culturas, num monólogo onde a voz da pessoa não é ouvida.

A escola, entretanto, pode se constituir em um espaço privilegiado que permite a pessoa especial revelar e afirmar, através de trocas efetivas significativas, tanto a sua identidade individual, quanto aquela do grupo ao qual pertence.

Deste modo estaria contribuindo através da equação de espaço real de ação que integra com inclusão social da pessoa com necessidade especial.

Segundo Escore (1995), a inclusão social consiste na conquista do espaço social, mediante as interações que se estabelecem no interior dos grupos sociais, através de uma participação real das pessoas como membros ativos e produtivos da sociedade, o que significa uma participação real na escola, no lazer e no trabalho.

Logo, a luta pela inclusão social do deficiente se insere num movimento mais amplo da sociedade, aquela que comporta também a luta pela eliminação das

desigualdades sociais. De acordo com Montoan (1997), a inclusão é, pois um motivo para que a escola se modernize e os professores aperfeiçoem suas práticas, e assim sendo, a inclusão escolar de pessoas deficientes tornem-se uma consequência natural de todo um esforço de atualização e de estruturação das condições atuais do ensino básico. Sabe-se que essa concepção não é nada fácil de se conseguir, ensinar exige dos professores, conhecimentos novos que, por muitas vezes, contradiz-se com o que lhes foi ensinado e o que utilizam em sala de aula.

Dentro de uma realidade conturbada em que vivemos, resta-nos criar uma dinâmica a fim de demonstrar uma sistemática na qual vivencia-se no dia-a-dia desse processo.

A autora refere-se à inclusão, em um sentido amplo: ESTAR COM o outro, cuidar um do outro. Traduz-se de maneira muito convincente, para que se possa fazer convite aos pais, estudantes e sociedade para ser parte de uma nova cultura, de uma nova realidade. Inclusão significa juntar-se a novos e existentes conceitos educacionais. Inclusão quer dizer, convidar aqueles que (de alguma forma) tem esperado para entrar e pedir-lhes para ajudar a desenhar novas formas de encorajar as pessoas a participar de suas capacidades como membros da sociedade em que está inserida.

A questão da inclusão fere diretamente o núcleo de nossos valores e crenças. Inclusão não se trata apenas de colocar uma criança deficiente em uma sala de aula, ou em escola. Esta é apenas a menor peça do quebra-cabeça. Inclusão trata de como nós lidamos com a diversidade e a diferença; como lidamos com nossa realidade.

Mazzota (2001) afirma que a chegada da inclusão para as pessoas com necessidades educacionais especiais assinalou mudanças e, para muitos, mudança é algo terrível que envolve grandes perigos. Quando em perigo, está também, a oportunidade dessas pessoas não poderem crescer. Escola, comunidade, professores e cidadãos que encaram seus próprios medos e sua própria mortalidade ao acolher todas as crianças, estão criando, instantaneamente, o clima para o novo tipo de crescimento. Inclusão não quer dizer que somos iguais. Inclusão celebra sim, nossa diversidade e diferença com respeito e gratidão. Quanto maior nossa diversidade, mais rica a nossa capacidade de

criar novas formas de ver o mundo. Inclusão é um antídoto para o racismo e o ceticismo, pois acolhe estas diferenças e as celebram como capacidade.

A inclusão não é novo programa, nem algo que alguém ‘faz’ para ou por outro. Ela consiste em uma concepção espiritual profundamente enraizada que é vivida. Não se trata de um novo rótulo – crianças incluídas. As pessoas são incluídas ou excluídas. Não se pode estar um pouco incluída. Ou pertence ou não pertence. Deve-se fortalecer a capacidade de aprender a viver com diferenças e conflitos. A inclusão nos faz pensar profundamente sobre como queremos que seja o mundo em que vivemos.

Segundo Mazzota (2001) as comunidades inclusivas têm a capacidade de criar o futuro. A inclusão é simplesmente uma questão de vontade. A comunidade que rejeita a riqueza da diversidade continua a colocar todos em risco. Inclusão é reconstituir os corações e dar ferramenta que permitam a sobrevivência da humanidade com a família global.

Ao pesquisar para conhecer melhor a história da inclusão, chega-se a conclusão de que ela é uma ida sem volta, de que todos os envolvidos torcem para que a mesma aconteça com sucesso, mas como já se falou, com prudência e responsabilidade. É preciso que todos se envolvam com as causas querendo que se implante a inclusão escolar, em especial, profissionais da área de educação, tendo consciência da sua parcela de contribuição, do seu papel na sociedade, procurando torná-la mais humana, proporcionando as pessoas com necessidades especiais oportunidades educativas, disponíveis e iguais para todos, sendo utilizadas em condições pedagógicas diversificadas e adequadas as suas especificidades.

Sabe-se que a realidade social é bem mais favorável no que se refere aos indivíduos especiais, do que alguns anos atrás. Embora existissem leis que os protegessem não funcionava muito bem. A inclusão escolar já acontecendo lentamente, mas é um desafio que vem se processando nas escolas públicas, tendo a mesma obrigação de requerer um ensino individualizado de acordo com as prioridades de cada aluno, seja ele considerado especial ou não.

Para Mazzota (1997)

Entende-se por um processo educacional definido em uma proposta pedagógica, assegurando um conjunto de recursos e serviços educacionais, especiais, organizadas institucionalmente para apoiar, complementar em alguns casos substituir o serviço educacionais comum.(p. 90-91)

Para que a inclusão se torne uma realidade, é necessário saber escolher as estratégias mais eficazes para cada tipo de situação e aluno que iremos ensinar. Sabemos que em uma classe inclusiva nos deparamos com diversos tipos de experiências no que implica o apoio de colegas especializados nas mais diferentes áreas, podendo ser úteis nos momentos mais críticos de descontrole dos alunos, isso é possível quando a instituição tem sala de apoio pedagógico e é atendida por um núcleo do qual a escola faça parte, para receber assistência da equipe multidisciplinar, a qual vai reciclar os alunos e suas famílias para se certificarem se tais alunos estão crescendo em suas aprendizagens.

As organizações especializadas para atender pessoas com necessidades educativas especiais têm um papel muito importante no desempenho da inclusão dessas pessoas, oferecendo aos professores sua colaboração, para que eles possam, através de reciclagens, ter uma visão mais realista das pessoas com necessidades especiais, de modo que suas limitações sejam respeitadas, suas potencialidades incentivadas e os preconceitos sejam desfeitos, permitindo uma convivência espontânea e natural para com os colegas de sala inclusiva. MEC (1998).

2.3 No que difere integração de inclusão?

Escore (1995) discute que integração é o processo de incorporar física e socialmente dentro da sociedade, as pessoas que estão segregadas e isoladas das outras.

Na visão da Política Nacional de Educação Especial (MEC, 1994) integração também é definida como processo dinâmico de participação das pessoas num contexto relacional, legitimando sua integração nos grupos sociais.

A integração escolar é percebida como um processo gradual e dinâmico que pode tomar distintas formas, por constar das necessidades e habilidades dos alunos. A integração educativa escolar se refere ao processo de educar no mesmo grupo, a criança com e sem necessidade educativa especial, durante todo o tempo de permanência na escola.

A integração escolar pode e deve ser entendida como ponto estratégico de todo processo de integração social do portador de deficiência. A integração na escola regular não é benéfica apenas para as pessoas especiais, podendo ser percebida por um efeito bumerangue (vai e volta) visto que as crianças ditas “normais” ao conviverem em condições de igualdade com as que apresentam déficit em algumas áreas, também serão beneficiadas, ao aprender que o mundo não é um lugar onde todos são iguais; que essas pessoas mesmo deficientes merecem respeito, amizade e afeto, podendo ajudá-los em suas necessidades especiais, deixando de lado certas barreiras que só conduzem a uma estigmatização e segregação no que se tange a fundamentação das práticas inclusivas.

Já a inclusão social abrangente baseia-se em princípios diferentes do convencional. A aceitação das diferenças individuais, onde pessoas com suas peculiaridades são valorizadas juntamente com as convivências dentro da diversidade humana, ora aprendendo ora ensinando por meio da cooperação à todos os indivíduos.

Entende-se por inclusão social, o processo pelo qual a sociedade promove adaptações nas suas formas de funcionar de tal modo que as pessoas com necessidades educativas especiais possam nela participar e, simultaneamente, prepararem-se para assumir seus papéis na sociedade.

Na realidade a inclusão é um processo bilateral, pessoas até então excluídas da sociedade se juntam em busca de parceria, tentam solucionar problemas, decidem sobre soluções, visando à equiparação de oportunidades para todos.

“Como incluir todas as pessoas especiais?”. Modificando a sociedade de modo que a mesma reconheça a necessidade de todos os seus membros.

Isso é possível através da reabilitação e da qualificação profissional que devem ser atendidas como meios de um processo, e não como pré-requisito para a participação social.

3 MEDO E PRECONCEITO DE TRABALHAR A INCLUSÃO

Segundo Freire (1997) em sua obra *Pedagogia da Autonomia*, ser professor é antes de tudo gostar do que faz, é saber amar sem medo e sem rejeição.

Durante toda vida mantemos contato com pessoas que de qualquer maneira tinham necessidades especiais, quer fosse física ou mental, quer fosse no trabalho em casa, parentes ou alunos, com quem convivemos durante nove anos diariamente em suas casas onde fomos repassadora escolar, atendendo suas necessidades de maiores esclarecimentos para melhor se guiarem frente suas escolas e famílias, podendo adquirir um desenvolvimento de suas aprendizagens com maiores responsabilidades e aptidões. Portanto, queremos com esse relato deixar bem claro nosso apreço por pessoas especiais.

Vale ressaltar que por todo o tempo em que desenvolvemos um trabalho com essas pessoas, ouvimos relatos impressionantes de alguns profissionais que se diziam não estarem preparados para interagir com esse tipo de criança. Chegando a nos pedir orientações. Para esse tipo de profissional, ensinar é como se fosse uma receita de bolo, é tudo automático, não existe emoção, porque para nós é que nem Freire (1997) disse:

Ser professor é não ter medo de expressarmos aquilo que aprendemos, é fazer alguém mais sábio do que antes, ainda que tenha limitações, é desafiar e aguçar as imaginações dos alunos, com ou sem deficiências, é ser conivente e parceiro. (p. 159)

Para que haja menos discriminação ou preconceito daquilo que às vezes as pessoas desconhecem, se faz necessário ultrapassar as barreiras do medo de conviver com o novo, pois o novo sempre assusta.

É de fundamental importância que o professor se intere de tudo em sua volta, acompanhe a evolução dos tempos, leia, veja documentários, filmes, para que chegue a um conhecimento abrangente de experiências e na sua prática.

É de grande necessidade que professor de classe comum receba treinamento, incentivo, orientação, para conviver e entender as necessidades dos alunos especiais;

cada vez ficamos mais certo de que ninguém melhor para educar um aluno com deficiência do que o professor da classe comum, da rede regular de ensino, pelas suas experiências já vividas com inúmeros alunos com quem já mantém contato, detectando neles diversas diferenças, enfim, ninguém é melhor ou igual a ninguém e todos são diferentes.

O certo mesmo é que o professor honre seu nome, sendo disponível para o trabalho, contribuindo para que o processo educativo inclusivo, seja uma realidade para o bem comum de todos. MEC (1998).

3.1 O processo de formação e a atuação dos professores na inclusão educacional

Na visão de Neves (2002), ensinar às crianças com necessidades especiais é, em síntese, um esforço para estimular o desenvolvimento, que é facilitado pela interação sistemática entre o professor e o aluno. O professor deve levar o aluno a desenvolver sua capacidade de afirmar a si mesmo e aos outros, por símbolos ou palavras, o que fez, o que fará, ou ainda o que aconteceu. Esta prestação de contas leva à criança a tomar consciência dos acontecimentos e possibilita evoluir de um comportamento ordenado (fazer as coisas por hábito) até chegar ao reconhecimento de necessidade lógica (dar justificativa para seus atos). Encorajando a criança a representar o acontecimento através de alguma imagem ou forma de representação (desenhando, falando, gesticulando, dramatizando), facilita-se este processo.

Os alunos com deficiência devem ser solicitados a falar sobre o que vão fazer, planejar suas ações, o que permite a formação de imagens antecipatórias. Devem também ser incentivados a falar sobre o que fizeram, pois isto lhe dá oportunidade de tomar consciência de seus atos (imagens retroativas). Através do planejamento (pensar antes) e da tomada de consciência (pensar depois), a criança vai organizando o mundo em seu pensamento, em sua perspectiva espacial, temporal e em suas significações.

Durante o período pré-operatório, a criança já pode lidar com representações mentais, embora possa dispor da linguagem, avalia os objetos e as relações entre eles

pelas aparências, não conseguindo coordenar dois pontos de vista. Por exemplo: quando compara a quantidade de água colocada em dois copos diferentes (um mais largo e outro estreito), baseia seu julgamento na aparência imediata dos níveis de água. Esse tipo de resposta mostra como é o funcionamento da estrutura mental da criança pré-operatória. Julga os fatos com base apenas na percepção (às vezes ilusória) e não na lógica.

O professor, por sua vez, deve estimular os alunos a refletir sobre esses fatos, comparando, contra-argumentando, com o objetivo de levá-los, gradativamente, à formação do raciocínio operatório. Devem ser oferecidos aos alunos oportunidades diárias para pensar, refletir e evoluir em direção ao pensamento lógico.

O conhecimento mental é facilitado quando se fornece a criança com deficiência condições de ir além dos acontecimentos concretos, o que implica estimular a criança a codificar as suas experiências (representar), operando com símbolos.

O grande desafio da ação pedagógica com crianças portadoras de necessidades educativas especiais é justamente articular o que o professor tem que ensinar com o que a criança já construiu dentro de sua mente. E claro que há coisas que a criança só pode aprender se lhe forem ensinadas, por exemplo, o conhecimento de ordem social: a linguagem escrita, os hábitos, os costumes, os fatos acontecidos na sociedade atual e na passada. Porém, o essencial na educação, quando se trata de alunos especiais, é estimular os processos mentais que levem à assimilação, à acomodação e à equilibração, chegando a uma compreensão crítica da realidade em que o aluno vive. O professor precisa não só informar, mas acompanhar o pensamento e raciocínio da criança, enquanto aprende, ajudando, quando necessário, a criança a interagir com as estimulações do meio, a intercomunicar com o que ouvem, a fim de facilitar a construção do conhecimento e a integração social.

Montoan (1997), considerando as características dos processos de desenvolvimento e aprendizagem dos alunos portadores de deficiência mental, define os objetivos cognitivos a serem alcançados pelas crianças:

- ter oportunidade de agir livremente sobre um meio físico rico em estímulos e coordenar suas ações no sentido de estabelecer suas relações entre si e o mundo;

- tomar consciência das relações espaciais, causais e temporais, através das quais possa organizar seu mundo físico e social, agindo sobre eles, projetando em suas ações, os objetos e acontecimentos vividos, no plano simbólico;
- expressar através da linguagem oral, desenho, brincadeira de faz-de-conta, imagem mental, imitação;
- coordenar as representações de dados conhecidos, refletindo de modo a relacioná-la logicamente;
- adquirir conhecimentos sociais que sejam úteis para sua adaptação à vida.

Quanto aos objetos sociais, visam a que o aluno estabeleça interações sociais com os colegas e adultos, baseadas no respeito mútuo e na cooperação, e que aprenda as regras e normas sociais de modo ativo.

O professor, tendo em mente esses objetivos, não os impõe através de atividades específicas; pelo contrário, tem como ponto de partida a ação espontânea do aluno para oportunizar as intervenções didáticas. Ensinar, como na escola tradicional, os nomes das cores, das formas, dos tamanhos, das posições, é dar informações isoladas que podem estar bem organizadas pelo professor, mas que, se não tiverem sentido dentro do contexto que a própria criança organizou para si, serão informações fragmentadas passíveis de se perderem rapidamente.

Para que possam ser sedimentadas pela criança, as informações deverão ser ensinadas dentro de um conjunto de idéias estruturadas pela própria criança. O aluno aprenderá melhor as cores quando estiver interessado, por exemplo, em pintar um quadro do que quando a professora nomear objetos ou cartões coloridos sem significado afetivo para a criança. Do mesmo modo, o aluno descobrirá o pesado e o leve, se experimentar transportar coisas para organizar uma brincadeira. Este ensino é muito mais eficaz do que se o professor nomear as palavras pesado e leve diante de gravuras de elefante e formiga, por exemplo.

É importante ressaltar que a maioria dos professores que lidam com alunos especiais toma consciência de que para ensinar a este grupo de alunos basta a boa vontade e o amor, não mais se admite a improvisação. É necessário ir além do amor.

Para que sua atuação profissional seja eficiente, torna-se indispensável à verdadeira capacitação, que inclui o conhecimento do ritmo de desenvolvimento psicológico da criança e dos diferentes modos de aprender, enfim, do estudo que enriquece a prática, tornando-a refletida e comprometida com o desenvolvimento do aluno, seja este especial ou não.

Goffredo (1999) afirma que o planejamento da ação educativa deve ser participativo, isto é, deve envolver os educadores da educação especial e da educação regular. O professor especializado deve participar de todas as ações, opinando e discutindo com o professor do ensino regular e participando de todo planejamento em suas fases de elaboração, execução e avaliação. O professor deve, assim, ser parte integrante da equipe escolar. Ele precisa ter sempre, a oportunidade de socializar o seu saber específico junto com outros profissionais da equipe, contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino oferecido na escola e possibilitando o envolvimento desta equipe na busca de alternativas que minimizem as diferenças entre os alunos com deficiência e os demais, ditos ‘normais’.

O professor de classe regular precisa entender o significado de uma escola inclusiva, a partir de seus conhecimentos anteriores como professor. Precisa entender, também, que seus alunos desenvolvem meios diferentes de aprendizagem, e por isso, às vezes utilizam caminhos que o próprio professor desconhece.

Por outro lado, os professores de classes regulares poderão utilizar recursos disponibilizados pela educação especial quando tiverem em sala de aula um aluno portador de necessidades educativas especiais.

Desta forma, frente ao exposto, o mais importante em todo esse processo de inclusão é a necessidade da formação da consciência crítica do professor quanto à sua responsabilidade pela aprendizagem de seus alunos, seja, eles deficientes ou não.

Depois de todas essas considerações, o professor pode dizer: o que fazer com aquele aluno que não tem jeito?

Há caso de anormalidade que não pode ser tratado com o mesmo remédio. Sabe-se que em qualquer classe haverá alunos aplicados e outros não. Por maior que

seja o desejo de conduzir bem todos alunos, o professor tem o poder limitado. Pode-se atuar positivamente junto a uma média de alunos. Pode-se ajudar a transformar em excelente um médio aluno, cuidando de pequenos problemas que o impeçam de progredir.

Mas o que fazer com os 'incuráveis', o que fazer com os casos perdidos? Existem casos perdidos? Infelizmente, há alunos cujos problemas sociais ou psicológicos transcendem as técnicas pedagógicas que possuímos para lidar com uma classe. Nesses casos, não adianta esperar ou ficar insistindo com métodos que já se mostraram insuficientes. Não se envergonhe de confessar que certos alunos trazem problemas acima de sua capacidade de resolução.

4 IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA DA PESSOA COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS

Baseado em Engels *apud* Conevacc (1976), para esclarecer a confusão histórica ligada ao termo “família”, que é derivado de *famulus* = escrava doméstica, foi uma expressão inventada pelos romanos para designar um novo organismo social que surge entre as tribos matina ao serem introduzidos à agricultura e a escravidão legal. Esse novo organismo caracterizava-se pela presença de um chefe que tinha sob seu poder a mulher, os filhos e alguns agregados dos quais tinham o poder de vida e morte. Desde então o termo família tornou-se instituição familiar.

Historicamente, a família apareceu inicialmente com relação espontânea-natura que vai posteriormente se diferenciando à figura moderna da monogamia. Por definição, a família não pode se despojar de seu momento naturalista, da relação biológica entre seus membros.

Segundo Lakatos (1999), a família como instituição vem percebendo a importância social, seu papel gradativamente se minimiza, essa dimensão institucional, necessita ser repensada com mais cuidado, sabe-se que a família é a célula principal do contexto social, é considerada o fundamental e o universal das sociedades por se encontrar em todos os agrupamentos humano, embora variem as estruturas e o funcionamentos.

Para Lasch (1991), precisar exatamente o significado da família com instituição social, nos dias atuais, é uma tarefa que tem sido relegada para segundo plano.

Para Jupp (1998) a família não apenas depende da realidade social em suas sucessivas concretizações históricas como, também, é socialmente mediatizada até em suas estruturas mais íntimas.

Considerando-se a família monogâmica como a forma familiar por excelência: a forma que sempre existiu, embora substituída com algumas áreas pela família patriarcal. A idéia de família, ao contrário, foi o resultado de uma evolução através de

sucessivos estágios de desenvolvimento, das quais a família monogâmica constitui a última forma.

Conevacc (1976) distinguiu diferentes e sucessivas formas de família, cada uma delas com uma instituição matrimonial peculiar:

Família consangüínea – fenda-se sobre intercasamento de irmãos e irmãs, carnais e colaterais, no interior de um grupo.

Família punaluana – constituía-se sobre o casamento de vários irmãos carnais e colaterais, com maridos de cada uma das outras dentro de um grupo; os maridos comuns não eram necessariamente parentes entre si. Fundava-se, também, sobre o casamento de vários irmãos, carnais ou colaterais, com as esposas de cada um dos outros, no interior de um grupo as esposas não eram, necessariamente, parentes entre si, embora também esse casal verificasse com freqüência, tanto no que se refere aos maridos como no que se refere às esposas. De qualquer modo, o grupo de homens eram conjuntamente casados com o grupo de mulheres.

Família sindiástica ou de casal – funda-se sobre o casamento entre casais individuais, mas sem coabitação exclusiva. O casamento prosseguia, enquanto ambas as partes o desejasse.

Família patriarcal – funda-se sobre o casamento de só um homem com diversas mulheres, era geralmente, acompanhado pelo isolamento das mulheres.

Família monogâmica – funda-se sobre o casamento de casais individuais com obrigação de coabitação exclusiva.

Nossa principal afirmação desse conhecimento é de que a família humana se desenvolve através de várias formas sucessivas, é a razão determinante de que nos leva a introduzir e estudar esses sistemas, na pressuposição naturalmente de que eles sejam capazes verdadeiramente de provar esse fato.

Rousseau *apud* Mazzotta (2001) via na família monogâmica e patriarcal o princípio da sociedade humana, identificando-a como estado paradisíaco, enquanto laços humanamente puríssimos.

Na família dão-se os fatos básicos da vida; o nascimento, a união entre os sexos, a morte. É a esfera chamada vida social mais naturalizada pelo senso comum, onde parece que tudo se dá de acordo com a natureza, porque a família regula as atividades de base biológica, como o sexo e a reprodução humana. A família constitui então um terreno privilegiado para estudar a relação, a natureza e a cultura. O que diferencia o homem das outras espécies é a sua capacidade de simbolização, implícita em suas escolhas.

A família vaia ser a concretização de uma forma de viver os fatos básicos da vida. Se relacionar como parentesco é uma forma de estrutura que resulta da combinação de três tipos de relações básicas: a relação de consangüinidade entre irmãos, a relação de decência entre pai e filho, mãe e filho, e a relação de afinidade que se dá através do casamento.

Essa é uma estrutura universal, e qualquer sociedade humana se forma pela combinação destas relações. A família é o grupo social concreto através do qual se realizam estes vínculos.

Os pais e demais familiares de pessoas com necessidades educativas especiais desempenham um papel absolutamente fundamental para garantir o sucesso do processo de ensino aprendizagem, dentro da escola, onde a mesma deve ser ambiente acolhedor e receptivo à participação da família.

Quando se fala de assistência a pessoa com necessidades educativas especiais, pensa-se de imediato na participação da família, pois sem esse apoio pouco ou quase nada se pode fazer por essas pessoas, diante da cooperação que os familiares possam dar ao se disporem em estar juntos quando esses indivíduos necessitam, ao fazerem alguma atividades, seja elas quais forem, se eles sentem que tem apoio, então os mesmos procuram abraçar sua plenitude, esforçando-se por meio de incentivo, sentindo-se capaz de aprender e produzir. Através de olhares dos familiares eles se encorajam, sabem que estão sendo o centro das atenções, entendem que são parte integrante da sociedade, que são capazes de produzirem estímulos e, conseqüentemente, suas dúvidas e dificuldades se tornarão mais amenas e, com certeza, passarão a ser mais felizes, proporcionando bem estar para suas famílias, amigo e todos que o cercam.

Vale ressaltar que no decorrer do processo educativo, a presença e a participação elucidativa á pessoa especial, alguém que assista, priorizando seus interesses, para que ela obtenha sucesso se faz necessário, o acompanhamento da família seja indispensável para que o indivíduo possa se integrar e interagir junto à família e a sociedade.

A preocupação da sociedade como comportamento de cada um de seus membros requer papéis sociais exercidos de forma adequada, de forma esperada por seu grupo social, são aprendidos através de um processo de socialização, internalizados pelo indivíduo; a sociedade determina a vida familiar e, por sua vez, é detentora do poder de passar à seus descendentes valores que contribuirão para a formação da personalidade dos seus membros, onde a família exerce o papel de mediadora entre o social e o pessoal. Existindo assim, a compreensão de duas noções, sendo a primeira a consciência de si mesmo, o desenvolvimento de uma estrutura cognitiva que surgiria da interação entre o organismo humano e o ambiente social. A segunda seria o status, que é a posição social que o indivíduo ocupa em seu grupo.

A sociedade não sabe claramente o que se pode esperar de uma pessoa com características diferentes, quanto à forma de aprender, de se comportar, de falar e de se inter-relacionar. A falta de informações precisa sobre o que causa, e como lidar com o problema gera insegurança e medo. Esses sentimentos ocorrem tanto na sociedade como no núcleo familiar.

Segundo Jupp (1998) a família lida com dificuldades, com o desconhecimento e procura desvendá-los. Assim, que a família começa a perceber que seus filhos não estão fazendo as coisas que as outras crianças de sua faixa etária estão fazendo, a ansiedade começa a se apoderar. Os medos se confirmam quando recebem os rótulos. É estranho, em momentos como esse os pais sentem alívio, mesmo que isso faça pouca diferença nessas circunstâncias, elas ao menos se sentem um pouco menos presos quando sabem exatamente como que precisam lutar.

A família logo ao se formar trás consigo uma série de expectativa em relação à prole que está por vir. Quando os filhos nascem, os pais criam um ambiente favorável e

adequado a sobrevivência física e psicológica do mesmo, protegendo este filho que ainda é muito dependente.

Leitão (2002) prega que a condição de proteção e de canalização de recursos para propiciar um ambiente favorável para o desenvolvimento físico e afetivo da criança junta-s à necessidade de socialização importante para que exata criança possa viver em grupo.

Com o nascimento de uma criança, seja ela qual for, portadora de necessidades especiais ou não, a rotina familiar sobre alterações, tudo passa a girar em volta desse novo ser, o que ele precisará, como vai crescer e o que esperar de seu desenvolvimento. Se a criança for portadora de alguma limitação, a proteção deverá ser mais prolongada e dependendo do grau de comprometimento, poderá se estender por muitos anos à frente.

Novas e diferentes condições deverão ser criadas para o desenvolvimento desta criança, os padrões do que era preciso no sentido de ambiente físico e psíquico foram alterados.

Sua socialização, nesse caso, depende do grau de necessidade educacional especial. Não é esperado que se torne um padrão de sucesso e independência, muitas vezes são mais taxadas do que na realidade eles são.

O que ocorre após o nascimento de um bebê portador de necessidades especiais, é a quebra da imagem pré-formada, a identificação projetiva pela qual os familiares passarão a ver nessa criança a projeção de si mesmo, que não foram capazes de gerar uma criança sadia e perfeita.

Essa nova imagem poderá trazer dor, frustração, sentimento de culpa e pena de si mesmo e gerar sentimentos conturbadores em relação a esta criança. Com o nascimento dessa criança, os pais começam a desenvolver sentimentos de fracasso, passam a sentir a importância frente a essa problemática.

A criança cresce dentro de uma constelação familiar, todos irão contribuir para seu desenvolvimento, o meio tem forte influência sobre a formação deste novo indivíduo, e quando provém as necessidades de desenvolvimento afetivo, intelectual, psíquico e físico passa a ser referencial positivo, levantando a auto-estima.

Tudo é importante e captado pela criança, mesmo por aqueles que se pensam ser incapazes de perceber devido seu grau de comprometimento. É nesse universo familiar que a mãe cria laços ao cuidar do filho, quando lhe dar de mamar, ela não proporciona apenas cuidados, mas dispensa carinho e atenção, a criança não somente alimentada, está exercitando os órgãos correspondentes sentindo prazer, sensações táteis, gustativas e térmicas.

Quando a família constata que seu filho tem limitações, deparam-se com sentimento de frustração de todas as expectativas em torno do que esta criança seria para a família, sensação de fracasso por não ter gerado um bebê perfeito.

O processo de aceitação desta criança pode ser muito longo, intercalado por período de extensa rejeição familiar em relação a ela, prejudicando seu desenvolvimento integral.

Muitas famílias negam as deficiências de seus filhos como mecanismo de defesas, protegendo-se para não sofrer a deflagração de seu ego.

Os filhos são a continuidade dos pais e, por isso, toda projeção é montada para chegada do novo ser. Quando a família percebe o comprometimento deste membro alguma dela ficam sem entender, outras mais instruídas, ao sentir a realidade procuram ajuda de especialistas, tiram suas dúvidas e procuram caminhar lado a lado com as diferenças deste filho. São chamados os 'pais equilibrados emocionalmente', embora existindo uma sombra de frustração eles não ligam para o que perderam, mas o que vão ganhar é bem mais compensador. Na aceitação de seu filho, eles já demonstram que estão dispostos a fazer uma viagem de longa jornada ao se explorar as aptidões inatas, suas potencialidades, dando-lhe apoio constante, aumentando suas possibilidades de progresso.

É no lar, com a convivência dos seus familiares, que se aprende a lidar com os obstáculos próprios de sua limitação, com os problemas que virão por conta de sua diferença restritiva, temporária ou irreversível, é aí quando se aprende a compensar estas limitações ou quem sabe superá-las.

A família por excelência é a primeira escola da criança, e por tanto, dela deve partir o processo de auto-estima desta, ajudando-a sempre que se fizer necessário para chegar a uma possível superação total ou parcial de seus problemas.

Sendo a família incentivadora de estímulos, a mesma necessita de um apoio especializado para alcançar este estágio de maturidade, e saber repassa-lo adequadamente ao seu ente querido.

Sabe-se que aos poucos pais encontram preparados ou até mesmo não querem saber como agir com seus filhos, por conta da frustração decorrente da alta expectativa que se gerou em torno do nascimento do filho, ou falta de treinamento, para ajustar-se às limitações da criança. Que sempre, tal desvio causa disfunções graves dentro do lar. É necessário que haja treinamento e orientação para evitar reações dessa natureza às pessoas especiais.

Todas as famílias têm suas características individuais e são essas que vão ditar se a vida transcorrerá de forma adequada e harmoniosa.

Não há uma preparação para se ter um filho com necessidades especiais, ao contrário, por se tratar de uma sociedade preconceituosa o fato de ser uma criança com uma deficiência já causa constrangimento aos pais desavisados, que encontrarão barreiras para darem a assistência necessária a seu filho, imagine as outras necessidades secundárias. Terão que fazer valer seus direitos perante a sociedade, esta mesma sociedade que rejeita e deprecia as diferenças, fazendo das pessoa especiais uma negação, enquanto poderia ser vistas como um ser capaz. A aceitação da criança com necessidades educativas especiais, pela família, é fator preponderante para vida de maneira geral, embora sendo um trabalho exaustivo para os pais compreensivos.

A aceitação da realidade externa da criança, que os pais tem que enfrentar perante a sociedade é muito sofrida, embora esses pais se trabalhem, ainda ficam resquícios das lembranças da perda da criança normal que 'eles' desejaram.

Mesmo sendo estes pais tidos como pessoas equilibradas, faz-se necessário que eles façam um trabalho psíquico lento e emocional, onde reações mentais e emocionais capacite-os, adaptando-os a realidade de seu filho.

Não será uma tarefa fácil, já que as funções de proteção e recursos para o seu desenvolvimento e sua socialização podem ser alterados para seu padrão de normalidade, devido às necessidades presentes.

Cabe a família exercer suas atividades como educar e sustentar, já que a socialização é um processo longo, durante a vida inteira, conforme comprometimento. A família buscará estratégias para a promoção do sucesso pessoal deste indivíduo.

Para Leitão (2002), diante das necessidades prementes desta pessoa, a família no momento de iniciar sua escolarização, sofre ao pensar na sua futura vida, referente à escola e sua adaptação, aos colegas, sua inclusão deve ser feita com ajuda dos pais que lhe dar status, coragem para enfrentar a situação nova em que ele se encontra.

Rivière (1997) descreve que a família é uma instituição, ma estrutura social básica, que se configura pelo entrojogo e papéis diferenciados (pai, mãe e filhos); entrojogo esse que se constitui um modelo de iteração em grupos. A família é, portanto, um embasamento orgânico que se desenvolve por um processo vivencial e dinâmico partindo das influências externas, status social.

A família é a unidade social básica, portanto o primeiro contato de origem, onde será recebido o bebê na sua melhor forma de vivência essa aventura.

Assim como no desenvolvimento do indivíduo, há etapas decisivas que irão determinar seu comportamento adulto, na vida familiar, também, há momentos decisivos nos quais ocorrem modificações em cada um de seus membros e na dinâmica interna do grupo o qual pertence.

A maioria das famílias quase não tem experiências com a espécie de mudança que surge na estrutura familiar de modo que não pode lidar satisfatoriamente com um filho diferente em seu padrão de desenvolvimento.

A decisão de ter filhos está significamente relacionada com a satisfação das necessidades e desejos da pessoa.

A reação inicial da família é de ligar-se a situação psicológica que antecede o nascimento da criança, principalmente, a interação do casal e ao 'clima emocional' que existia antes do evento frustrador.

O problema básico com que estas pessoas se deparam é, essencialmente, o de todas as outras famílias, isso é, promover e ao impedir o crescimento e desenvolvimento de todos os seus membros.

O efeito das atitudes da família no ajustamento e desenvolvimento da criança é o efeito da chegada de uma criança divergente no ajustamento e na dinâmica familiar.

Todas as experiências de uma criança em seus primeiros anos de vida contribuem para o conhecimento que adquire de si mesma. O conceito do EU é estabelecido durante os primeiros meses de vida. Quaisquer dessas experiências, senão todas são menos acessíveis á criança especial, não só pela sua própria limitação como pelas atitudes familiares, que não a incentiva.

A criança especial recebe um número muito menor de estímulos e menos respostas de seus familiares do que ditos 'normais'. Um exemplo, a família restringe quase totalmente a vida social em nome da dificuldade trazida pelo filho cego. Passando a ser visto como um problema, onde dificilmente será aceito e considerado participativo ativo das relações familiares.

A importância e a necessidade de uma orientação familiar desde o início do desenvolvimento da criança, pis uma atitude mais sadia e adequada da família proporcionará ao indivíduo a formação de um auto-conceito, realisticamente definido de uma inter-relação mais cooperativa e inclusiva.

Os efeitos psicológicos imediatos da deficiência de uma criança sobre seus pais tende a variar, de qualquer forma, há sempre uma dificuldade de aceitação por parte dos pais que sentem que há algo diferente em seu filho. Aceitar um filho especial implica reorganização de valores e objetivos da família.

Os sentimentos dos pais de crianças que apresentam qualquer deficiência seja física, mental ou emocional, caracteriza-se pelo conflito entre a esperança e o desespero.

O diagnóstico de qualquer deficiência leva a família a uma crise, a reação inicial da família é de perda, luto e tristeza. Segundo Werneck (1997) esse processo de luto é, na verdade, uma reação de luto pela perda de uma criança sadia. Por esta razão os pais, quando recebem o diagnóstico da excepcionalidade de seu filho, freqüentemente fazem as seguintes perguntas: “Por que isso aconteceu comigo?”, “O que eu fiz para merecer tal destino?”, “Qual a causa da deficiência do meu filho?”, são expressas as fantasias de situações individuais; são elaboradas e emergidas pela frustração de ter um filho especial.

Geralmente, isso leva a sentimentos de culpa e os mecanismos de defesa são encontrados com freqüência nas atitudes dos pais de crianças deficientes, a negação.

Outra atitude que representa o extremo oposto é a superproteção, os pais ao invés de ajuda-los a realizar algumas atividades, fazem por eles. Muitas vezes, antecipam seus desejos, não lhe permitindo o desempenho de atividades que poderiam realizar sozinho. Desta maneira todo seu desenvolvimento fica prejudicado.

Algumas crianças que apresentam deficiência física podem vir a ter maiores necessidades de ajuda no desempenho de algumas funções. Neste caso, os pais precisarão ajudá-las a diferenciar entre uma real dependência física e a dependência emocional causada pela limitação de desenvolvimento.

Além do problema específico de aceitação da criança especial, os pais enfrentam dificuldades com os outros membros da família: o tempo que a mãe dedica ao filho deficiente, os outros filhos podem vir a construir uma série de dificuldades no relacionamento com a família.

Sem dúvida criar um filho divergente trás angústias e encargos adicionais para os pais. De qualquer maneira devemos ter sempre em mente que a família de uma criança especial necessita tanto de atendimento e orientação quanto o próprio indivíduo, não só pela própria organização e ajustamento, como, também, para que possa constituir um elemento de apoio e ajuda ao processo de educação e reabilitação do indivíduo que dele necessita.

A primeira etapa de orientação familiar consiste em auxiliar os pais a uma aceitação da criança excepcional.

Para Amiralian (1986), o objetivo final do processo de orientação familiar é a capacitação dos pais para chegar a decisões próprias em tempo oportuno através da integração familiar harmoniosa.

De acordo com Carvalho (2002) é através da família que a criança começa a sua interação com o mundo, representa a primeira fonte de encaminhamento, é o ambiente onde a criança encontra os elementos essenciais para sua formação e assimilará padrões de conduta e de moral que irão determinar suas atitudes de adulto.

A família da criança especial pode e deve desempenhar um papel importante no sentido de negar ou minimizar a deficiência, como, também, no sentido oposto, ou seja, maximizando a mesma.

A família pode negar a deficiência mental do filho ao afirmar, simplesmente, que ele 'sabe fazer as coisas, mas não quer' ou 'tem inteligência fora de série', pode estar ocorrendo uma tentativa de minimização da condição do deficiente quando é afirmado que 'a deficiência mental da criança, segundo os médicos, era de grau muito fraco' e, maximizam quando superprotegem a criança, não acreditando no seu potencial recuperável ou preservando, mesmo quando esta apresenta características de recuperação.

Goffredo (1999) afirma que, mesmo quando a família é informada do nascimento com deficiência de um membro da sua família, antes mesmo de nascer, nem assim, eles acreditam; só vão acreditar a partir do diagnóstico da criança.

A forma como a notícia é transmitida ao casal, bem como a maturidade deste ao recebê-la é de grande importância, porque pode influir em sua relação inicial com a criança, fazendo-os agir de forma negativa ou fantasiosa e, assim, dificultando o processo de aceitação da criança e sua deficiência.

A presença de uma criança com alguma deficiência, frequentemente, é um fator precipitador de desajuste e esgotamento individual ou familiar, levando, em muitos casos à separação do casal, ao fim de algum tempo.

No entanto, Jupp (1998) afirma que, em alguns casos, a criança deficiente, ao contrário é elemento que proporciona a família a oportunidade de crescer e de evoluir de um modo que, provavelmente, não teria ocorrido sem sua presença.

Na visão de Omote (1988) as discriminações sofridas pelas mães das crianças com necessidades educativas especiais, fazem parte de um processo que esse tipo de mãe se vê submetida de estigma de cortesia. Isso quando não ocorre o abalo das estruturas da família por conta da existência de um filho deficiente, de maneira que acaba por alterar o projeto de vida da mãe ou casal.

No que se refere à educação de uma criança e sob todos os aspectos, uma tarefa da família e não apenas da mãe, a qual sempre procurando atender a todas as necessidades do filho, é fácil compreender que ela sinta sobrecarregada por seus deveres.

Grande parte da integração da família e da criança com deficiência dependerá do seu crescimento pessoal contínuo e da segurança que ela recebe, através do relacionamento com maridos e dos filhos. Portanto, a situação de um relacionamento conjugal está diretamente ligada à adaptação da família à deficiência.

Tais situações que caracterizam problemas ou dificuldades para as mães, parecem resultar ao ambiente familiar dos membros da família, de sua deficiência e, ainda, do ambiente social.

No Brasil e em outros países, a lei que ampara os especiais é muito lenta. Por que esse processo rumo à inclusão de pessoas com necessidades educativas especiais, tem sido dolorosamente moroso?

Segundo Werneck (1997), cabe aos pais desses indivíduos, conquistar o apoio de todos os familiares e da comunidade escolar para uma conscientização maior de que é preciso estar ciente e advertido sobre o direito de reivindicar o lugar certo para seus filhos nas escolas dos bairros que residem e na comunidade em que estão inseridos.

Embora, sabe-se que a resistência e a discriminação ainda é visível no meio da comunidade escolar, por aperte de alguns pais e da própria sociedade. O negativismo por q em relação a esta clientela é sintomático de uma sociedade competitiva que

idolatra os vencedores e evita os perdedores. Este preconceito faz com que a sociedade e os próprios pais encarem a deficiência não como uma característica pessoal neutra, mas como uma qualidade negativa definidora que requer segredo. A natureza estigmatizante desse negativismo tem evitado que as pessoas com deficiência sejam bem recebidas nas escolas de seu bairro, contribuindo, assim, para a negação da sua cidadania plena no meio social. Os pais precisam entender que essa mensagem não tem nada a ver com o valor ou com as potencialidades do seu filho, mas sim com o processo definido pelas atitudes sociais.

Para Lasch (1991), os pais desempenham um papel fundamental no afastamento das nuvens de pessimismo que cercam seus filhos, um papel que relutam em assumir as percepções negativas da sociedade. Precisam desviar-se da culpa e do medo, investindo na intuição e nas experiências com os pais.

5 CONCLUSÃO

Como é mostrado, neste trabalho monográfico, a família assume grande importância no processo educativo inclusivo da pessoa com necessidades educativas especiais.

Ressalta-se nas pesquisas bibliográficas que embora ainda deixe muito a desejar o processo de inclusão, por ser longo e contínuo e, por estar passando por adaptações de acordo com as diversas formas de deficiências existentes, está em franca evolução nas escolas brasileiras.

Por outro lado, entende-se e reafirma-se o propósito de lançar-se ao campo das investigações do apoio e da assistência da família para com esses filhos especiais, no processo educativo inclusivo, onde faz-se parceiros de uma polêmica, a qual não se tem tanto conhecimento quanto se pensa. Por conta da pesquisa, ficou-se sabendo que há pais que negam as deficiências de seus filhos, por não se enquadrarem nos padrões sociais segregam, mascaram e até se excluem de cuidar desses filhos por sentirem vergonha, piedade e revolta pelo seu nascimento.

Mas, se existem pessoas dessa natureza, também, conhecemos outros tipos que realizam trabalhos maravilhosos, suplementando carência de afeto dos pais que não aceitam e não querem se preocupar, com esses indivíduos, quando eles mais necessitam de acompanhamento e compreensão para tornarem-se capazes dentro de suas limitações.

Chama-se a atenção, por ocasião das pesquisas realizadas, que há casos de deficiência as quais as famílias não sabem como lidar, como cuidar dessas crianças. Portanto, faz-se necessário maior esclarecimento por parte das autoridades do assunto para com os familiares, nos quais os mesmos possam obter conhecimentos prévios e que, através desses, realizem maiores benefícios a seus familiares, a sociedade e a si próprio.

6 BIBLIOGRAFIA

AMIRALIAN, Maria Lúcia Toledo Morais. **Psicologia do excepcional**. São Paulo: EPU, 1986.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília.

CARVALHO, M. do Carmo Bronte. **A família contemporânea em debate**. São Paulo: Cortez, 2002.

CEARÁ. Secretaria da Educação Básica. **Política Estadual de Educação Especial: Integração com Responsabilidade**. Fortaleza: SEDUC, 1997.

CONEVACC, M. **Dialética da família**. São Paulo: Brasiliense, 1976.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

ESCORE, L. **Exclusão social no Brasil contemporâneo: um fenômeno sócio-cultural totalitário?** Coscumbu, 1995.

GOFFREDO, V. Lúcia F. S. de. **A escola com espaço inclusivo**. In: Educação especial: tendências atuais. Secretaria de Educação Especial à Distância. Brasília, 1999.

JUPP, Kenn. **Viver plenamente convivendo com a dificuldade de aprendizagem**. Campinas: Papirus, 1998.

LAKATOS, E. M. **Sociologia Geral**. São Paulo: Atlas, 1999.

LASCH, C. **Refúgio num mudo sem coração – a família santuário ou instituição santiada**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

LEITÃO, Tânia Moreira. **Intervenção junto à família de alunos com deficiência de aprendizagem, favorecendo seu crescimento sócio-familiar**. In: Apostila pós-graduação – Avaliação Integrada no contexto sócio-familiar. Fortaleza, 2002.

MAZZOTTA, Marcos José S. **Educação Especial no Brasil – história e política pública**. São Paulo: Cortez, 2001.

MEC. **Salto para o futuro: Educação Especial, tendências atuais**. Secretaria de Educação à Distância. Brasília, 1998.

_____. **Educação Especial: a deficiência uma forma de ver a vida**. Brasília, 1994.

MONTOAN, M. Tereza E. e cols. **Integração de pessoas com deficiência: contribuição para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo: Cortez, 1997.

NEVES, Isabel Ferreira. **Caminhos do Aprender**. *In*: Apostila – Identificação, avaliação e encaminhamento: Deficiência Mental. Brasília: Corde, 2002.

OMOTE, S. **Deficiência e não-deficiência** – corte de um mesmo tecido. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 1, nº 2, p.65-72, 1988.

ONU. Assembléia Geral. **Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes**. EUA, 09 nov. 1975.

RIVIÈRE, E. Del **Psicanálise a la Psicología Social**. Buenos Aires: Galeina, 1997.

WESCHENFOLDER, O. **O universo sócio-cultural da criança da periferia de Ijuí e o processo de alfabetização**. Caderno Unijui. Série Educação, 1996.

WERNECK, Claudia. Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva. Rio de Janeiro: WVA, 1997.